

Líderes tentam barrar partido sem bancada

BRASÍLIA — Se depender da disposição dos líderes partidários, candidatos à Presidência da República como José Alcides Marronzinho de Oliveira, do PSP, ou Paulo Gontijo, do PP, ou Livia Maria Ledo de Abreu, do PN, estão, com 12 outros candidatos tão desconhecidos quanto eles e também filiados a partidos com registros provisórios, ameaçados de ficar de fora do horário da propaganda eleitoral nas emissoras de rádio e televisão e até de fora do páreo da própria eleição, hipótese menos simpática às lideranças.

O movimento contra os partidos sem registro definitivo e representação no Congresso ganhou força a partir da apresentação do projeto de lei do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que impede os partidos sem representantes na Câmara ou no Senado de usarem o horário gratuito da Justiça Eleitoral na televisão, e proíbe o registro de candidatos por partidos sem representação eleita até 5 de abril passado.

Os líderes baseiam-se na constatação de que a população brasileira pode passar os 60 dias do horário da propaganda eleitoral na TV tendo que se submeter a mais de três horas diárias de um interminável desfile de pretendentes ao Palácio do Planalto, embora o jogo de fato esteja restrito a um máximo de seis candidatos com chances. Sem contar, como temem alguns líderes, que o acirramento da disputa pode levar à barganha pelos horários usados pelos candidatos sem chances em favor dos que se mantiveram no páreo.

Palhaçada — “Isso é uma loucura. Tem que ser feito algo. Para acabar com essa



Passarinho



Santana

palhaçada, só se aplicando aqui o que existe nos Estados Unidos: você até pode ser candidato sem chance nenhuma, mas se não atingir um determinado número de votos, paga uma pesada multa — receita o coordenador executivo da campanha do PSDB, deputado Jayme Santana (MA).

Santana informa que as facilidades da lei eleitoral, provocadas por um veto do presidente José Sarney, estimularam pessoas sem chances a entrar deliberadamente na disputa para ter acesso aos preciosos 30 segundos na televisão que a legislação lhes confere, num jogo de puro interesse para a reta final da campanha, quando, para os favoritos, todo minuto será precioso.

O senador Jarbas Passarinho, presidente licenciado do PDS, também acredita que a distorção precisa ser corrigida, até para livrar a população de “uma situação intolerável”. Ele considera que “é uma desvantagem grande, para a população como um todo, ter que

assistir a três horas diárias de propaganda eleitoral”. Passarinho advoga que a filiação de congressistas deva ser uma condição imposta a todos os partidos que desejem ter candidatos à Presidência da República e nessa condição, participar da propaganda gratuita.

Condição — No projeto de Vivaldo Barbosa, a intenção é restabelecer esta condição, derrubada por veto de Sarney. Permaneceriam candidatos apenas aqueles que, mesmo de um partido com registro provisório, como Fernando Collor de Mello, do PRN, conquistado para a legenda pelo menos um congressista.

O secretário-geral do PSDB, deputado Egídio Ferreira Lima, considera o projeto de Vivaldo oportuno na questão do horário da propaganda gratuita. Não concorda, porém, com a questão do registro da candidatura. “Depois de quase 30 anos sem eleição presidencial, a gente não pode ficar impondo restrições ao surgimento de candidatura”, diz. Para ele, o que é impossível é continuar “uma situação anárquica, que facilita o exibicionismo, com o acesso à propaganda eleitoral sendo garantido a todos”.

O próprio Vivaldo Barbosa informa: na questão do horário eleitoral, há acordo de lideranças para aprovar a restrição ao acesso de candidatos de partidos com registro provisório e sem representantes no Congresso. Na questão das candidaturas, admite, não existe ainda um acordo, que ele espera obter no reinício dos trabalhos do Congresso, já que esta questão estava na Lei Eleitoral vetada pelo presidente Sarney e só não foi restabelecida pela discordância do PT.